

Adriano Joaquim Rodrigues Monteiro
PROCESSO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO
INDEFERIDO

Hugo Joaquim Ferreira Rodrigues, Proc. n.º
17/2017-LOED

PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO
INDEFERIDO

Vitorino Ferreira Neto, Proc. n.º 10/2017 Auti

Despacho de 26 de outubro de 2017

REQUERIMENTOS DEFERIDOS

Abílio Joel Pinto Pereira

Paula Maria Pereira da Cunha

Joaquim Paulo Peixoto Cerqueira

Tânia Marina Ferreira Teixeira

Abílio Moreira Silva

Bruno Emanuel Pinto Monteiro

Susana Alexandra da Costa Barros

António Silva

Maria Augusta Ferreira Cancela

Augusto Manuel Lameiras Pinto

Ana Fernanda Ferraz Beça

TM Compact, Lda.

Lúcia da Conceição Ferreira da Cunha e Outro

Aperto de Mão, SA.

José Fernando Pinto Ferreira

Simulcículo, Lda.

Lúcia Isabel da Silva Loureira e Joaquim Pinto
Ferreira

ALTERAÇÃO AO PROCESSO INICIAL DEFERIDO

Maria de Fátima Pacheco Duarte, Proc. n.º LOED
67/2017

PROCESSOS DE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO
DEFERIDOS

Susana Alexandra da Costa Barros, proc. n.º
53/2017 AUTI

Isaltina da Conceição Sousa Coelho, proc. n.º
47/2017- AUTI

Joaquim da Conceição Pereira da Silva, 46/2017
– AUTI

Maria Adelaide de Jesus Ferreira, Proc. n.º
52/2017 –AUTI

PROCESSOS DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO
DEFERIDOS

Nelson António Ribeiro dos Santos, proc. n.º LOED
27/2017

Paulo Joaquim da Rocha Silva, proc. n.º LOED
292/LI/16

Vânia Carina Moreira, proc. n.º 261/LI/16

PROCESSO DE OBRAS DE
EDIFICAÇÃO INDEFERIDO

Margarida Cidália Oliveira da Silva, proc. n.º
30/2017 LOED

Despacho de 27 de outubro de 2017

REQUERIMENTOS DEFERIDOS

Maria da Graça Reixelo e Marido

Marlene da glória de Sousa Rodrigues

Manuela da Conceição Ribeira da Silva

Luís Manuel Rocha Martins

Tony Alves

Adão Manuel Sousa Rocha

Fernando da Silva Pereira

Maria Rosário Ferreira Castro

Exceleticiativa, Lda.

Carlos Silva Rocha Sociedade Construções

Joaquim Augusto Ribeiro da Mota Nunes

Alexandre Ribeiro da Silva

PROCESSO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO
DEFERIDO

Célia Margarida Vieira Moreira, proc. n.º
283/li/16

REQUERIMENTOS INDEFERIDOS

Maria do Rosário Ferreira Castro

Liliana Maria Gomes Marques

PROCESSOS DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO

Maria Luísa dos Santos Moreira Ferreira, Proc.
N.º168/LI/17

Despacho de 31 de outubro de 2017

REQUERIMENTOS DEFERIDOS

Imomore – Sociedade de Construção

Paulo Rui Moreira da Silva

Ana Patrícia Freitas Nogueira e Outro

Abílio Fernando Ferreira de Sousa

Maria Rosa Moreira Coelho Duarte e Outros

Maria José Ribeiro

Jorge Alexandre Ribeiro da Mota

Jorge Manuel Ferreira Barbosa

Maria Adelaide Teixeira Ribeiro

Varandabstrata, Lda.

PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DE
UTILIZAÇÃO DEFERIDO

Márcia Sofia Guedes Rocha proc. n.º 64/2017
Auti

PROCESSOS DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO
DEFERIDOS

Maria Rosa Pinheiro de Oliveira, Proc. n.º
323/LI/16

Vitor Miguel Roque Luís, Proc. n.º 238/LI/16

Associação de Solidariedade Social Vila Cova,
proc. n.º 271/LI/16

José de Sousa Meneses, Proc. n.º 98/LI/17

António Francisco Alves Rodrigues Moreira, Proc.
n.º 221/LI/16

Fernanda Santos Barbosa, Proc. n.º 175/LI/17

Paulo Soares Silva, Proc. n.º 8-1LI/16

Fernando José Garcia Moreira, Proc. n.º
67/LI/17

Francisco José Garcia Moreira, Proc. n.º
67/LI/17

Agostinho Armando Ferreira Soares, proc. n.º
277/LI/16

REQUERIMENTO INDEFERIDO

Manuel Augusto José Malheiro Cardoso de

Azevedo e Meneses Cabeça de Casal

Vitorino de Oliveira

ALTERAÇÃO AO ALVARA DE LOTEAMENTO
INDEFERIDO

Bárbara Catarina Campos Rodrigues proc.º n.º
3/2017 Lalo

GABINETE DE NOTARIADO E
EXPROPRIAÇÕES

OUTUBRO

Contrato de Empreitada – Valor: 18.050,90 +
I.V.A.

Designação: “Grande Reparação e Expansão

das Redes de Esgotos e Águas Pluviais – Construção da Rede de Águas Pluviais na Rua de Souto Rei - Bustelo”

Adjudicatário: “Inesaro, Lda.”, (NIPC 508 938 171), com sede na Rua de S. Lourenço, s/n – Paço de Sousa - Penafiel.

Contrato de Aquisição de Serviços - Valor: 21.651,35 + I.V.A.

Designação: “Aquisição de Serviços para Lavagem e Pintura dos Muros dos Cemitérios de Termas de S. Vicente, Jugueiros, S. Miguel de Paredes e S. Paio da Portela – Freguesia de Termas de S. Vicente”

Adjudicatário: “Maria de Fátima Lopes de Azevedo (NIF 202 680 339), residente na Rua de São Gonçalo, n.º 900 – Portela - Penafiel.

Contrato de Empreitada - Valor: 23.630,00 + I.V.A.

Designação: “Grandes Reparações de Outras Estradas e Caminhos – Beneficiação das Ruas da Sagrada Família e Travessa do Campo de Jogos, Freguesia de Cabeça Santa”

Adjudicatário: “M. Barbosa - Granitos, Lda.”, (NIPC 505 416 042), com sede na Rua das Lameiras, s/n – Peroselo - Penafiel.

Contrato de Empreitada - Valor: 29.437,80 + I.V.A.

Designação: “Construção e Grande Reparação de Arruamentos e Passeios para Regularização do Trânsito da Cidade e Freguesias – Pavimentação de Parque de Estacionamento Público de Eiró – Pinheiro – Freguesia de Termas de S. Vicente”

Adjudicatário: “Irreverentacesso, Lda.”, (NIPC 513 768 459), com sede na Rua Monte da Bela – Pavilhão A, n.º 270 – Ermesinde - Valongo.

Contrato de Empreitada – Valor: 143.912,50 + I.V.A.

Designação: “Construção e Grande Reparação de Arruamentos e Passeios para Regularização do Trânsito da Cidade e Freguesias – Construção de Passeios na Avenida S. Miguel – Freguesia de Termas de S. Vicente”

Adjudicatário: “Edilages, S.A.”, (NIPC 508 559 871), com sede na Rua Pedreira das Lages – Guilhufe - Penafiel.

EDITAL

ANTONINO AURÉLIO VIEIRA DE SOUSA,
Licenciado em Direito e Presidente da Câmara Municipal de Penafiel:

TORNA PÚBLICO QUE, de harmonia com a deliberação tomada pela Câmara Municipal, na primeira reunião realizada a 18 de outubro de 2017 e em conformidade com o estabelecido no nº 1, do art.º 56º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovada a **Delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara:**

Considerando a necessidade de desconcentração do exercício das competências, proponho ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 50.º do novo Código do Procedimento Administrativo (aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro), nºs 1 e 2, do artigo 34.º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, artigo 5.º n.º 1 e 4 do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, artigo 29.º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho (Repristinado, pela Resolução nº 86/2011, de 11 de Abril), artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 3.º n.º 1, do Decreto-Lei nº 310/2002, de 18 de Dezembro, na sua redação atual, que a Câmara Municipal delegue no seu Presidente, com poder de subdelegação nos Vereadores, as seguintes competências:

1. Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações;
2. Autorizar a realização de despesas até ao valor de € 748.196,84, bem como as demais competências para a decisão de contratar previstas no código dos contratos públicos, designadamente aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços;
3. A competência prevista no artigo 98.º (aprovação da minuta do contrato) do Código dos Contratos Públicos;
4. Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG;
5. Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções;
6. Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei;
7. Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade;
8. Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;
9. Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;
10. Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração